veis para se apurar quais os indivíduos civis ou militares que se encontram indevidamente demitidos, deslocados ou suspensos dos seus cargos ou comissões de natureza civil por virtude de movimentos políticos, nas condições do artigo anterior, a fim de que possam ser restituídos ao pleno exercício das suas funções anteriores, com todos os benefícios ou acessos a que teriam direito, se normalmente as houvessem continuado a desempenhar.

§ único. O Governo tomará em Conselho de Ministros imediata decisão sobre os processos que lhe forem apresentados pela comissão ou comissões a que se refere este artigo, podendo os interessados recorrer das suas resoluções para o Supremo Tribunal Administrativo, segundo as normas legais em vigor.

Art. 3.º Os processos pendentes contra quaisquer indivíduos civis ou militares por motivo de movimentos políticos a que se refere o artigo 1.º deste diploma serão imediatamente encerrados na altura em que estiverem, fazendo-se a seu respeito perpétuo silêncio.

§ único. Não se consideram compreendidos nas disposições do presente artigo os processos resultantes de quaisquer atentados contra a vida, liberdade ou propriedade dos cidadãos.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 22 de Fevereiro de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — José Relvas — Francisco Manuel Couceiro da Costa — António de Paiva Gomes — António Maria de Freitas Soares — Tito Augusto de Moraes — José Carlos da Maia — Domingos Leite Pereira — Augusto Dias da Silva — Jorge de Vasconcelos Nunes.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 5:182

Sendo necessário ocorrer pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a despesas extraordinárias ocasionadas pela situação anormal em que se encontra o país, e não havendo verba orçamental por onde possam ser ordenadas e pagas essas despesas;

Usando da autorização concedida ao Governo pela lei n.º 834, de 6 de Fevereiro corrente:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do dos Negócios Estrangeiros, um crédito extraordinário da quantia de 70.000\$, destinado a «Despesas ocasionadas pela insurreição monárquica de 1919», incluindo o ágio do ouro pelos pagamentos a efectuar no estrangeiro, o qual constituirá capítulo especial da despesa extraordinária do orçamento do segundo dos referidos Ministérios para o ano económico de 1918-1919.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — José Relvas — Francisco Manuel Couceiro da Costa — António de Paiva Gomes — António Maria de Freitas Soares — Tito Augusto de Moraes — Manuel José Pinto Osório — José Carlos da Maia — Domingos Leite Pereira — Augusto Dias da Silva — Jorge de Vasconcelos Nunes — João Henriques Pinheiro.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Universitária

Decreto n.º 5:182

Achando-se vagos cinco lugares de segundos oficiais do Ministério de Instrução Pública, por virtude do decreto n.º 4:675, de 14 de Julho de 1918, os quais, nos termos do artigo 14.º do mesmo decreto, deverão ser providos, alternadamente por concurso de provas públicas e antiguidade, entre os terceiros oficiais do quadro do Ministério;

Considerando que no referido quadro de terceiros oficiais há funcionários que, além de possuírem um diploma de curso superior, já foram aprovados em concurso de provas públicas, realizado em Abril de 1912, para os lugares de segundo oficiais, ficando classificados no primeiro grupo;

Considerando que é de uso, em matéria de concurso para tais lugares, dar às provas prestadas pelos candidatos um prazo de validade para preenchimento de vagas nos quadros do pessoal das secretarias dos Ministérios, prazo que, aliás, não foi fixado no último concurso;

Atendendo a que os dois únicos concorrentes classificados no primeiro grupo, que até hoje não foram providos, são antigos funcionários da Instrução Pública, datando a nomeação de um deles de 1901 e a do outro de 1910, e que ambos têm mostrado reconhecido zelo e competência no desempenho das suas funções;

Atendendo ainda a que é de toda a equidade que os mesmos funcionários sejam promovidos, sem dependência de novas provas, em cargos para que já as prestaram:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar que sejam consideradas válidas, para preenchimento das vagas existentes no quadro de segundos oficiais, as provas públicas prestadas em Abril de 1912 pelos candidatos classificados no primeiro grupo, que possuam um curso superior e sejam antigos funcionários do Ministério de Instrução Pública.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar.

Paços do Governo da República, em 27 de Fevereiro de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira.*